

OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E MILITÂNCIA MATERNA PARA FORA DO ARMÁRIO

Atuação política entre integrantes do coletivo Mães pela Liberdade



Occupation of public spaces and maternal activism towards
out of the closet: political action among members of the
collective Mothers for Liberty

Maria Alice Magalhães da Silva Batista
Universidade Federal de Minas Gerais

Departamento de graduação de Ciências Sociais | Belo Horizonte, Brasil
mariaalicem00@gmail.com | ORCID iD: 0000-0002-5917-9696

Resumo

O presente trabalho propõe reflexões tecidas a partir das narrativas de integrantes do coletivo mineiro de mães e pais de pessoas LGBT, Mães pela Liberdade, acerca das dinâmicas internas ao grupo, abordando suas principais estratégias de mobilização política e suas aproximações com o movimento LGBT. Constitui-se como um estudo de caso realizado através de entrevistas em profundidade com quatro integrantes do coletivo. Como resultado pude observar a centralidade dos acolhimentos de familiares de LGBT enquanto forma de atuação do coletivo, bem como a aproximação e apropriação de pautas centrais ao movimento de minorias sexuais, como a ocupação dos espaços públicos e a noção de sair do armário como ato político.

Palavras-chave

militância materna; movimento LGBT; sexualidade; família.

Abstract

The present work proposes reflections built from the narratives of members of the Minas Gerais collective of mothers and fathers of LGBT people, Mães pela Liberdade, about the group's internal dynamics, addressing their main strategies of political mobilization and their approximations with the LGBT movement. It constitutes a case study carried out through in-depth interviews with four members of the collective. As a result, I was able to observe the centrality of welcoming and supporting LGBT family members as a form of action, as well as the approach and appropriation of central guidelines to the movement of sexual minorities, such as the occupation of public spaces and the notion of coming out of the closet as a political act.

Keywords

activist mothering; LGBT movement; sexuality; family.



Introdução¹

De repente aquele povo levanta um cartaz assim “Em defesa da família”. [E eu pensei] “agora cês vão ver! Agora cês mexeram comigo!” Aquele cartaz foi o estopim. [...] Não imaginavam que uma velha ia fazer tanto barulho dentro de uma cidade por conta de um cartaz. Porque que família é essa que a minha não tava? (Márcia).

As tentativas de conceituar o que constitui uma família se distribuem ao longo do tempo, com definições distintas e ainda mais numerosas constituições alternativas a elas. Menos do que uma mera discussão terminológica, o debate acerca do conceito esteve e está atrelado às disputas de saber e poder historicamente localizadas. Há, no entanto, uma naturalização e universalização do modelo familiar nuclear conjugal, que ignora a multiplicidade de arranjos que se materializam a partir de dinâmicas distintas envolvendo gênero, raça, classe, sexualidade, regionalidade e religião. Nessa direção, Claudia Fonseca (1997; 2004) destaca como a naturalização da família conjugal (e heterossexual), inclusive por parte de cientistas sociais, atuou de forma a estigmatizar os modelos dissidentes, historicamente negligenciados e vistos como desvios à norma. Mariza Corrêa, por sua vez, aponta que “se há uma família definida como normal, ela é única por contraste com a grande massa não familiar que a cerca, definida como anormal” (Corrêa 1981:11).

Tendo isso em vista, a noção de “defesa da família” traz implícito o fato de que essa é uma defesa do modelo familiar hegemônico, cujo pressuposto central é a heterossexualidade de seus membros. O excerto que abre o texto refere-se ao primeiro evento de militância LGBT²

¹ Agradeço as contribuições de Sabrina Finamori, Leandro de Oliveira e Thiago Camargo Barreto, essenciais para a construção desse texto.

² A sigla LGBT refere-se ao grupo formado por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, tendo passado por uma série de modificações ao longo do tempo, especialmente a partir de dinâmicas e demandas por maior ou menor visibilidade de determinados segmentos da comunidade, como lésbicas, bissexuais e travestis, os quais passam a se inserir enquanto sujeitos políticos do que hoje chamamos movimento LGBT. Para uma discussão sobre as modificações da sigla, ver Facchini e França (2009). Optei nesse trabalho pela utilização da sigla LGBT por ser aquela mais utilizada pelas interlocutoras da pesquisa.

presenciado por uma das interlocutoras do presente trabalho, Márcia, que consistiu em uma votação em 2017 na Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte, de uma Proposta de Emenda à Lei que buscava impedir discussões sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas da cidade. Na ocasião, militantes progressistas e alas conservadoras compareceram de forma a pressionar os vereadores, tendo o segundo grupo levado cartazes como o mencionado, em que constavam mensagens contrárias aos direitos das minorias sexuais. O projeto foi retirado de pauta após pressões políticas. Defender a família em tal contexto significou e significa destituir de direitos uma parcela da população em nome de uma idealização moralizante que em grande parte dos casos não se materializa na prática.

Esse não é, no entanto, um processo de via única, linear e incontestável, constituindo-se em um campo complexo de disputas, em que atores dos mais diversos forjam alianças e coalizões a partir de afinidades políticas (Haraway 2009). Nesse contexto, o combate à exclusão de determinados modelos de família da esfera dos direitos, e a luta pela legitimação de vivências diversas apresenta-se enquanto questão central ao coletivo Mães pela Liberdade.

O Mães pela Liberdade é um grupo de Mães³ e pais de pessoas LGBT, fundado em Minas Gerais em 2020, fruto da cisão de membros anteriormente pertencentes à associação nacional Mães pela Diversidade⁴. Seus principais objetivos giram em torno do apoio público aos seus filhos e filhas e do acolhimento de familiares de pessoas LGBT que estejam passando por dificuldades em lidar com a descoberta acerca da orientação sexual e/ou identidade de gênero dos/das filhos/as. Os acolhimentos ocorriam presencialmente no período anterior à pandemia de Covid-19, quando o grupo mineiro ainda fazia parte do Mães pela

³ Ao longo do texto a categoria “Mães” foi grafada com a primeira letra maiúscula de forma a destacá-la, e diferenciar os momentos em que o termo foi mobilizado de uma forma geral daqueles em que se refere às integrantes do coletivo, uma vez que são elas as sujeitas dessa pesquisa.

⁴ O Mães pela Diversidade é um coletivo de mães e pais de pessoas LGBT, formado em 2014 no estado de São Paulo, e que hoje apresenta núcleos em quase todos os estados brasileiros. Mesmo não tendo sido o primeiro grupo formado por familiares de pessoas LGBT no Brasil, foi um dos primeiros a ganhar uma maior visibilidade (Novais 2020).

Diversidade, tendo sido adaptados para o modelo virtual através das chamadas de vídeo em 2020. São realizados por integrantes do coletivo que se voluntariam para a tarefa, em que são compartilhados relatos sobre suas vivências enquanto familiares de pessoas LGBT. Outras atividades realizadas são conversas abertas, em que se discutem temáticas relacionadas às diversidades de gênero e sexualidade, além de projetos voltados à comunidade LGBT, como um bazar de troca criado em Juiz de Fora, em que são disponibilizados para empréstimo aparelhos utilizados no pós-cirúrgico de procedimentos como a mastectomia, realizados por algumas pessoas trans.

O presente trabalho propõe, então, reflexões tecidas a partir das narrativas de integrantes do Mães pela Liberdade, perpassando sua formação, e duas de suas principais pautas e estratégias: a ocupação política de espaços públicos e o processo de saírem do armário enquanto Mães de LGBT. Constitui-se como um estudo de caso realizado através de entrevistas em profundidade, fruto de minha pesquisa realizada à nível de graduação (TCC) em Ciências Sociais. A possível contribuição do trabalho reside na análise exploratória de um grupo específico recente, o qual se insere em um cenário mais amplo de militância LGBT, bem como em um contexto geral de movimentações políticas cujo cerne é a maternidade.

Foram realizadas cinco entrevistas em profundidade com quatro integrantes do coletivo, Márcia, Claudia, Teresa e Rita⁵, contatadas através da técnica da bola de neve, em que o contato prévio com Márcia, possibilitado pelo professor Leandro de Oliveira, da Universidade Federal de Minas Gerais, me permitiu acessar outra Mãe, e assim por diante. Tendo em vista o contexto pandêmico deflagrado no início de 2020, o qual trouxe como principal demanda de prevenção ao contágio o isolamento social, as entrevistas ocorreram através de chamadas de vídeo durante os meses de novembro, dezembro e janeiro de 2020 e 2021, sendo gravadas, transcritas e analisadas, mediante autorização das interlocutoras. Foram realizadas duas entrevistas com Márcia, e uma com cada uma das outras participantes. Todas apresentam um perfil relativamente semelhante,

⁵ Os nomes das interlocutoras foram modificados, de forma a manter o seu anonimato.

sendo mulheres cisgênero brancas e de classe média, com idades entre cinquenta e setenta anos. Teresa, Claudia e Márcia residem em Belo Horizonte, e são heterossexuais, e Rita reside em Juiz de Fora e é pansexual. Esse é, também, o perfil geral da maior parte das integrantes do coletivo, formado por mulheres brancas, cisgênero, heterossexuais, de classes médias e altas. Márcia é mãe de um filho gay, Teresa e Cláudia são mães de filhas lésbicas e Rita de uma filha bissexual. A maior quantidade de entrevistas realizadas com a primeira se deu por ter sido ela a principal responsável por fundar o coletivo em Minas Gerais, possibilitando, assim, uma reconstrução do seu processo de surgimento.

Ainda que a formação do núcleo mineiro do Mães pela Diversidade não seja o foco central de análise nesse texto, algumas contextualizações são necessárias. Em 2017 Márcia passou a se aproximar da militância LGBT de Belo Horizonte, incentivada por seu filho, ativo no movimento. Ao entrar em contato com o grupo de *Facebook* do Mães pela Diversidade, foi interpelada por Mães de diversos estados, que incumbiram a ela a tarefa de fundar o núcleo mineiro do coletivo. Com o auxílio do filho, Márcia passou a frequentar eventos LGBT e aos poucos angariou o apoio de outras mães, as quais construíram conjuntamente a sede mineira da associação. Segundo ela, o grupo passou a crescer com maior intensidade em 2018, especialmente após as eleições presidenciais, em que a vitória de Jair Bolsonaro levou muitas mulheres a procurarem o coletivo, motivadas pelo temor quanto à vida e futuro dos filhos LGBT, tendo em vista as declarações de Bolsonaro contrárias a tal população⁶. Nesse contexto é que passaram a surgir as primeiras tensões mais explícitas entre o núcleo de Minas Gerais e o restante da associação, as quais

⁶ MALTCHIK, Roberto. Bolsonaro diz que está se “lixando” para o movimento gay, após polêmica entrevista na TV. **O Globo**, 30 de maio de 2011. Disponível para acesso em: <http://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-diz-que-esta-se-lixando-para-movimento-gay-apos-polemica--entrevista-na-tv-2803402>

Bolsonaro: “Prefiro filho morto em acidente a um homossexual”. **Terra**, 08 de jun. de 2011. Disponível para acesso em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-prefiro-filho-morto-em-acidente-a-um-homossexual,cf89cc00a90ea310VgnCLD200000bbceeb0aRCRD.html>

1

partiram de duas questões principais. Em primeiro lugar, o crescimento do grupo mineiro fez com que suas integrantes desejassem uma maior autonomia em relação ao restante do grupo, a qual era constantemente negada pelas lideranças. Além disso, desenvolveram-se conflitos quanto ao seu posicionamento político, na medida em que a associação nacional pregava o suprapartidarismo, o qual, segundo as entrevistadas, acabava por se materializar como uma pretensa neutralidade em relação aos acontecimentos político-partidários do país. Por outro lado, o núcleo mineiro passou a sentir cada vez mais a necessidade de se posicionar politicamente frente aos acontecimentos nacionais, culminando na decisão pelo desvinculamento do Mães pela Diversidade, para que assim pudessem ter sua autonomia e um posicionamento político mais expressivo. A cisão oficial entre os grupos ocorreu em meados de 2020, seguida da fundação do Mães pela Liberdade. O exemplo mais citado quanto ao posicionamento político mais efetivo do novo coletivo foram as eleições municipais de 2020, em que o grupo realizou uma série de postagens e *lives* em suas redes sociais em apoio a diversas candidaturas mineiras alinhadas com as demandas da população LGBT. Durante o período de realização das entrevistas que compõem esse trabalho, o coletivo estava produzindo um Estatuto próprio. A seguir, começo por abordar a noção de ocupação dos espaços públicos por parte das Mães, para, em seguida, refletir sobre a ideia de “tirar as Mães do armário”.

Rasgar a cena urbana e tirar as Mães do armário: mobilizações políticas e aproximações com o movimento LGBT

Eu falei que eu não ia sossegar enquanto não tivesse uma Mãe em cada esquina nessa cidade, e enquanto tivesse uma violência num canto dessa cidade. E eu acho que chegamos lá, né? Que a gente conseguiu ocupar bastante espaço. (Márcia).

José Farias (2012) traz uma interessante reflexão acerca de como os projetos urbanísticos atuam na exclusão dos corpos LGBT do espaço público. Segundo ele, tais projetos não apenas participam dessa distribuição desigual dos espaços, como também influenciam na concepção e construção de lugares heteronormatizados, tendo como contrapartida o desejo de pessoas LGBT em ocuparem tais

espaços sem serem violentados ou precisarem ocultar partes de sua identidade. Nesse sentido, a noção de ocupar tais ambientes aparece como uma pauta política de visibilização das vivências dissidentes da heteronorma e como uma recusa às exclusões perpetuadas contra os corpos LGBT, especialmente a partir de seus entroncamentos com marcadores de classe e raça.

Um dos principais símbolos dessa reivindicação na atualidade são as Paradas do Orgulho LGBT. Marcos Aurélio da Silva (2017) destaca alguns pontos centrais que caracterizam tal evento: sua aproximação com as festividades carnavalescas, a recorrência de determinadas pautas, como o fim da LGBTfobia, a garantia de direitos igualitários, e o direito à família; e a ocupação de lugares privilegiados na cidade, trazendo a visibilidade enquanto demanda política. As aproximações entre as Paradas e o carnaval são destacadas como exemplares de um contexto no qual política e festividade se imiscuem. Isso porque ambos os eventos atuam simbolicamente através da ocupação de espaços centrais das cidades, em que marcam e produzem um “rastros no tecido urbano feito por grupos e vivências que têm situação marginal em relação à cidade.” (Silva 2017:115).

A compreensão desse caráter ao mesmo tempo festivo e político de ambos os eventos apareceu nas falas das interlocutoras, especialmente Márcia. Essa percepção se deu através da participação do então Mães pela Diversidade nas Paradas de Belo Horizonte e em blocos de carnaval organizados e frequentados por pessoas LGBT, em que integrantes do núcleo subiam em trios elétricos para discursarem sobre o apoio do coletivo aos seus filhos e filhas, mobilizando a noção de orgulho em relação aos mesmos, e assim fundando e reforçando não apenas proximidades entre o grupo e a militância de minorias sexuais da cidade, como entre práticas de militância e de festividade. Segundo ela, a participação do coletivo nos blocos de carnaval:

estava super descontraído, mas a gente começou a entender que o carnaval era extremamente político e que a gente

ocupar a rua com os filhos da gente era importante.⁷ [...] E eu falei “onde que os filhos da gente colocarem os corpos políticos na rua nós vamos estar junto ocupando.” Então, é preciso entender que é um momento político sim, que é uma ocupação da cidade. (Márcia).

Teresa acrescentou à questão, destacando como o coletivo cumpre um papel de ocupação e reivindicação dos direitos de seus/suas filhos/as. Segundo ela:

a gente tem um posicionamento político também de estar na cidade, de ser ouvida, ser entendida. Para além de acolher mãe, [o coletivo] também é um movimento político. De se fazer presente na cidade, de fazer com que os nossos filhos sejam respeitados. [...] A gente procura estar em espaços de diálogo, nesse diálogo com a cidade, na Assembleia Legislativa, na Câmara Municipal, na Prefeitura, né? Espaços de decisão de poder, para que a gente seja reconhecida, nosso movimento seja reconhecido. (Teresa)

Como destacado por Teresa, o grupo se mobilizou desde a sua fundação de forma a comparecer nos principais eventos LGBT de Belo Horizonte, como reuniões de outros coletivos, audiências, votações e assembleias em que temáticas relacionadas à diversidade de gênero e sexualidade fossem centrais⁸. Nesse sentido, percebe-se

7 Ainda que não seja possível explorar longamente no presente texto, em minha monografia desenvolvo a reflexão sobre como essa ocupação dos espaços por parte das Mães revela a instrumentalização de uma “autoridade moral materna”, em que a presença dessas mulheres em eventos LGBT atua como uma proteção, na medida em que, como apontado por Márcia e Rita, “ser mãe” traz um peso e uma espécie de validação moral das vidas e reivindicações de seus/suas filhos/as. Essa mobilização da maternidade enquanto suporte moral para as reivindicações de mães que se constroem enquanto sujeitas políticas à medida que passam a integrar e construir movimentos sociais também aparece em outros casos de ativismo materno, especialmente em contextos de mobilizações de mães de vítimas de violência, como nas pesquisas de Adriana Vianna e Juliana Farias (2011), Jurema Brites e Claudia Fonseca (2013) e Paula Marcela França (2020). Tais pesquisas revelam a recorrência de um cenário no qual essas mulheres adentram a esfera pública para reivindicarem os direitos de seus/suas filhos/as, ou mesmo justiça e mediação em casos de violência e extermínio, sendo comum o endereçamento às militantes pelo nome “as mães”, mesmo quando referindo-se a outras/os integrantes, e uma centralidade da maternidade como ferramenta de mobilização política.

⁸ MORAIS, Isabelly. ONG Mães pela Diversidade marca presença no cortejo do Alô Abacaxi. **O Tempo**, 23 de fev. 2020. Disponível em:

uma aproximação ao movimento LGBT por parte do coletivo, em que os problemas e reivindicações de seus filhos e filhas passam a constar como objetivos e questões centrais que mobilizam sua própria atuação política. Esse diálogo e trânsito entre os movimentos aparece bem explicitado na fala de Márcia, segundo a qual o coletivo:

é um movimento que se existe é por eles, então as Mães têm que escutar a população LGBT. Ela tem que ser guiada por eles. [...] A demanda é de vocês, não é nossa⁹. Ela passa a ser nossa porque a gente precisa que vocês estejam inseridos dentro da sociedade, que vocês estejam com a cidadania garantida, que vocês estejam em todos os espaços por direito, sem nem um direito a menos. (Márcia).

Assim, para além do caráter eminentemente político dessa ocupação por parte de corpos hetero/cis-dissidentes em toda a sua amplitude de gênero, sexualidade, classe e raça, a participação das Mães em espaços e eventos LGBT apresenta-se como uma contrapartida, e mesmo subversão do ideário socialmente compartilhado de que não existem possibilidades de conciliação entre pessoas LGBT e suas famílias de origem. Visibilizar e publicizar enquanto Mães

<https://www.otempo.com.br/super-noticia/%C3%BAltimas/ong-maes-pela-diversidade-marca-presenca-no-cortejo-do-alo-abacaxi-1.2301638>

LUCAS, Lelena. Quando Damares conheceu as Mães pela Diversidade. **Outras Palavras**, 21 nov. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/quando-damares-conheceu-as-maes-pela-diversidade/>

DAMÁZIO, Malú. Pais se juntam a filhos para pedir respeito às pessoas LGBT. Hoje em dia. 18 fev. 2018. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/pais-se-juntam-a-filhos-para-pedir-respeito-%C3%A0s-pessoas-lgbt-1.599528>

⁹ Como já explorado pelas Ciências Sociais, o fazer científico é constantemente perpassado pelos marcadores sociais da diferença que atravessam as/os pesquisadoras/es, na medida em que tal empreendimento nunca é neutro ou descorporificado (Haraway 1995). Tais questões se materializaram de forma exemplar em minha pesquisa, em que fui interpelada mais de uma vez com perguntas acerca de minha orientação sexual e engajamento na militância LGBT. As minhas respostas (de que me reivindico enquanto lésbica, mas sem um engajamento perene com movimentos sociais) influenciaram as relações construídas com as interlocutoras e as respostas elaboradas por elas ao longo das entrevistas. A fala de Márcia, por exemplo, foi intercalada por momentos em que se referia à comunidade LGBT com o “eles/deles” e outros com o “vocês/de vocês”, quase como se a minha presença variasse entre um “corpo-pesquisador” e um “corpo-lésbico”, o que é interessante por demonstrar exatamente que essas esferas não se separam.

esse apoio atua mesmo na construção de outras narrativas acerca do que é estar no mundo enquanto uma minoria sexual, rasgando não apenas o tecido urbano, mas as próprias concepções de maternidade e política. Adicionado a isso, demonstra as proximidades erigidas entre a atuação política do coletivo e o movimento LGBT, podendo ser pensada como exemplar do modo como tal grupo se insere na intersecção entre tal movimento e aqueles protagonizados por mães.

Esse processo de ressignificação do que é ser mãe de LGBT apareceu, também, nas elaborações em torno da noção de “tirar as Mães do armário”, proferida por algumas entrevistadas. De forma geral, a literatura sobre os processos de saída do armário aponta como esse pode ser interpretado por parte da família como o compartilhamento de um segredo que não perde o status de algo a ser ocultado, mas passa a dever ser escondido também pelos familiares. Eve Sedgwick (2007) aponta que:

quando pessoas gays se assumem em uma sociedade homofóbica, talvez especialmente para os pais ou cônjuges, é com a consciência de um potencial de sério prejuízo provavelmente nas duas direções. O próprio segredo patogênico até pode circular contagiosamente como segredo: uma mãe diz que a revelação de seu filho adulto para ela a mergulhou, por sua vez, no armário em sua comunidade conservadora. (Sedgwick 2007:39).

Nesse contexto, podemos pensar em uma potencial entrada no armário por parte de familiares de pessoas LGBT concomitante à saída de seus/suas filhos/as. Nesses casos, o silêncio tende a ser o aspecto através do qual as relações familiares são exercidas, o que muitas vezes é interpretado como uma forma de violência por parte das/os filhas/os (Murray 2010; Oliveira e Barreto 2019). Kaito Novais (2018) apresenta as noções de “violência de fora” e “violência de dentro” vivenciadas por pessoas LGBT, em que a primeira diz respeito às agressões experienciadas no âmbito da rua, enquanto a outra refere-se às vivências no espaço doméstico, exemplificadas pela repressão, negação e abandono por parte dos familiares em relação a seus/suas filhos/as. Assim, a saída do armário por parte de pais e mães pode ser pensada como uma primeira ruptura em relação às “violências de dentro”, para que, só então, seja

possível se organizar politicamente no combate às “violências de fora”.

“Tirar as Mães do armário” refere-se ao processo agenciado por tais mulheres, as quais deixam de enxergar a orientação sexual e/ou identidade de gênero das/os filhas/os como um problema e de querer esconder tal aspecto, saindo do armário junto a elas/es. Ainda que a expressão remeta a um processo no qual outra pessoa age na vida de quem “sai do armário”, sendo a primeira e não a segunda aquela que protagoniza a ação, o processo encorajado por parte do coletivo se dá tendo em vista o protagonismo de cada Mãe, a qual passa a acessar as discussões e conselhos de outras mulheres que passaram por experiências similares, agenciando a sua própria transformação. A fala de Márcia traz algumas dessas questões à tona. Segundo ela, o processo de metamorfose das Mães foi um objetivo do coletivo desde o seu início, em que buscava-se promover nas mesmas a iniciativa de questionarem seus preconceitos:

eu queria mostrar, e isso trouxe muita mãe... eu falo assim “vem sem feliz, sair do armário é libertador. Não tem nada melhor do que você ser você mesma.” Porque a mãe para de ficar incomodada. Começa aquela conversa [sobre os/as filhos/as], e então ela tem um olhar de enfrentamento que ela mata o outro na hora que tá conversando. [...] Acaba a conversa, as pessoas param de violentar essas mães. [...] Porque é isso que eu falo, que quando isso incomoda a mãe é porque ela ainda não tá bem resolvida. Então ela tem que entender que ela tem que trabalhar isso nela sim, e dialogar com o filho, com a filha, com filhe. (Márcia).

A forma como a narrativa acerca do processo de saída do armário pelas Mães é tecida assemelha-se ao modo como pessoas LGBT se referem a ele, ou seja, como um ato de libertação quanto às violências direcionadas a essa população. Isso porque a autoafirmação e o “enfrentamento” são algumas das principais maneiras pelas quais as minorias sexuais buscam romper os processos de violência simbólica, especialmente a partir da noção do “orgulho em serem quem são”. Em outro momento, Márcia apontou como essa saída do armário é uma forma de empoderamento por parte dessas Mães:

Nós queremos trabalhar pra vocês, servir a vida de vocês. E outra coisa, ajudar as famílias a saírem do armário, porque é

libertador você empoderar a sua condição de pessoa. [Por exemplo, poder falar] assim, “eu sou eu, e azar do vizinho se meu filho é viado, se minha filha é sapatão, se meu filho é bi”, entendeu? Porque as pessoas ainda ficam muito preocupadas em serem alguma coisa que o outro quer que elas sejam. Se eu sou mãe de gay, eu vou ser mãe de gay em qualquer lugar. Não existe lugar pra mim que não cabe eu falar assim “eu tenho um filho gay e eu tenho muito orgulho dele.” (Márcia).

Esse processo de “desprendimento” e “empoderamento” pôde ser percebido no relato de Teresa sobre como se sentiu após a descoberta acerca da sexualidade de sua filha. Quando a mesma lhe contou que era lésbica, Teresa narrou como uma de suas primeiras reações foi um certo receio quanto à circulação de tal informação:

porque tem essa quebra de expectativa mesmo das pessoas. Infelizmente a gente se deixa ser atingido pela avaliação do outro, né? Parece que a gente depende do olhar do outro. [...] Eu acho que tem muito essa coisa dos filhos, a gente quer que os filhos da gente sejam reconhecidos, sejam amados, sejam valorizados. Quando a gente imagina que alguém vai olhar torto pra ela... é uma coisa que é difícil pra gente. (Teresa).

Como narrado, houve uma certa apreensão inicial quanto à circulação da informação entre conhecidos e familiares, a qual foi posteriormente superada, na medida em que ela mesma passou a revelar a informação às pessoas. Adicionado a isso, e de forma semelhante à fala de Márcia sobre não se sentir confortável em espaços em que não pode demonstrar o orgulho em relação ao filho, Teresa falou sobre como passou a se sentir incomodada na presença de alguns familiares, devido a comentários sexistas e homofóbicos, e que suscitavam nela a sensação de que “isso aqui não cabe, não me cabe aqui nesse lugar”. Nesse sentido, tomando a metáfora do armário como símbolo desse espaço estreito e desconfortável do qual as pessoas LGBT saem, essa sensação de desconforto e de “não caber” nos lugares pode ser compreendida como vestígio dessa saída materna do armário, em que tais Mães não mais se deixam enclausurar nos ambientes estreitos.

Importante ressaltar que a experiência de sair do armário tem repercussões distintas por parte dessas Mães e de suas/seus filhas/os. Isso porque as consequências dessa revelação costumam ser mais palpáveis para pessoas LGBT,

na medida em que são eles/elas os principais alvos de violência e rejeição, muitas vezes por parte da própria família. Nessa direção, destacou-se uma fala de Rita sobre a questão. Quando contei a ela sobre a minha curiosidade em relação à ideia de “tirar as Mães do armário”, ela disse:

mas eu acho essa expressão perfeita. Alguns filhos das Mães até já disseram “não, cês vão roubar a nossa fala, porque nós é que temos que sair do armário”. Mas eu acho que tem muito mais isso do que qualquer outra coisa. Porque com relação aos filhos as questões difíceis são o preconceito e a violência. A rejeição eu acho a pior delas. O que sai do contexto são Mães saindo do armário. Poucos pais, mais mães¹⁰. Eu acho brilhante. Porque não é fácil não, viu? A gente vê lá no acolhimento algumas mães, da dificuldade. (Rita).

A centralidade da ideia de familiares passando por tal processo é exatamente o fato de esse ainda ser um ponto fora da curva. Ainda que os rompimentos não sejam a regra universal que rege as relações familiares após a descoberta da orientação sexual de um/a filho/a (Oliveira 2013), as violências e conflitos ainda se fazem presentes nas experiências de muitas pessoas LGBT. Isso porque, como apontado por Sedgwick (2007), ao contrário de outras minorias sociais, como as minorias étnicas, as “pessoas gays” não costumam crescer em famílias gays, e se veem expostas desde muito cedo à homofobia, conseguindo apenas tardiamente construir comunidades e redes de apoio.

A noção de Mães saírem do armário pode ser compreendida, ainda, como uma forma de questionamento da categoria da “aceitação”, usualmente presente nas falas acerca da orientação sexual ou identidade de gênero de pessoas LGBT, mas que já foi e permanece sendo problematizada no âmbito acadêmico e por parte da

¹⁰ A fala de Rita sobre uma maior recorrência de mães que saem do armário em comparação aos pais, bem como de uma maioria de mulheres no coletivo foi um assunto presente nas falas de todas as interlocutoras. Cláudia destacou que os pais presentes no coletivo são, em sua maioria, influenciados pelas esposas a participarem, enquanto o oposto não ocorre. Tal questão suscita reflexões sobre as assimetrias nas distribuições de responsabilidades do cuidado entre pais e mães, em que são elas, comumente, que se empenham em um maior cuidado e acolhimento em relação aos filhos/as.

própria comunidade¹¹. O acionamento da “saída do armário” por parte dessas Mães pode ser compreendido, então, como uma forma mais adequada de se referir ao processo de “lidar com a sexualidade” das/os filhas/os, nos termos de Teresa. Isso porque traz implícita não apenas a noção de “aceitação”, mas a de se posicionar em favor dos/das filhos/as, não como uma forma de sacrifício em nome do amor materno, mas como uma estratégia política e de agenciamento das Mães, as quais reconstróem suas subjetividades e relações a partir de tal processo. Pode ser interpretado, portanto, como uma reinvenção da gramática materna, em que tais mulheres evocam os estereótipos ligados à maternidade, como o acolhimento, o amor e o orgulho, ressignificados como estratégias de empoderamento e de defesa de seus filhos.

Delineia-se, assim, um protagonismo materno que se realiza tendo em vista as demandas e pautas do movimento LGBT. A luta pela garantia de direitos e pelo fim das violências homo-transfóbicas, bem como a noção de sair do armário como um ato político são centrais ao movimento, sendo reivindicados também pelas Mães. A politização e visibilização de tais vivências aparecem como estratégia política importante acionada por elas, especialmente através da evocação do orgulho em relação aos seus filhos e filhas. Trazer a maternidade como aspecto central de mobilização política implica em reorganizações dos significados atribuídos à maternidade, e mais do que isso, na construção de identidades que trazem o ser mãe como ponto de partida para a militância, reinscrevendo as formas de atuação por parte de mulheres que lutam não diretamente por si mesmas, mas tendo em vista os direitos e vivências de seus/suas filhos/as.

Considerações finais

¹¹ Sara Ahmed (2010) aborda como a noção da aceitação de pessoas *queer* traz implícita a ideia de que existem limites para essa aceitação, na medida em que implica que são as pessoas LGBT que devem se ajustar nos moldes heterossexuais para que assim possam ser aceitas. De forma semelhante, são relativamente comuns falas de pessoas LGBT que questionam tal categoria por apontarem que “não há nada de errado em ser gay/lésbica/bissexual/transsexual para ter que ser aceito”.

Ao longo desse trabalho, tracei reflexões sobre a militância de mulheres-mães de pessoas LGBT integrantes do coletivo Mães pela Liberdade. Nesse percurso, destaquei alguns aspectos centrais das falas das mulheres com quem tive a oportunidade de conversar, dentre eles o processo de cisão entre o Mães pela Diversidade e o que veio a ser o Mães pela Liberdade, e algumas das estratégias centrais de atuação, como os acolhimentos de familiares e suas intervenções no espaço urbano, especialmente através da participação em eventos LGBT.

Nesse contexto, destacou-se o que coloquei como uma apropriação de uma linguagem própria ao movimento LGBT, por exemplo, através das noções de “Mães saindo do armário” e de “ocupação do espaço público”. Alguns desses conceitos, como a saída do armário, revelam uma tentativa de ressignificação de termos já problematizados, destacando como a militância atua mesmo na reinvenção de toda uma gramática materna, na qual a própria maternidade é reinterpretada como campo de lutas e ambiguidades. Revelam, também, a proximidade construída por parte de integrantes do coletivo com os demais grupos de militância LGBT da cidade.

Ainda que o presente trabalho tenha sido construído tomando a noção de militância enquanto central, e a partir de narrativas de integrantes mais expressivamente empenhadas na atuação política, nem todas as participantes do coletivo necessariamente se consideram militantes ou atuam enquanto tais. Muitas delas buscam o grupo e passam a integrá-lo por desejarem compartilhar e trabalhar suas angústias e questões em relação aos filhos e filhas, sem necessariamente passarem a se engajar politicamente. Ao mesmo tempo, a atuação militante apareceu como central para as entrevistadas, sendo parte indispensável do que constitui o Mães pela Liberdade em suas percepções, e tendo sido uma das motivações que levou à cisão com o Mães pela Diversidade.

Considerando a centralidade da atuação do coletivo nos espaços públicos presenciais, e a importância da visibilidade como estratégia política, uma questão a ser posteriormente pensada é o modo como a pandemia pode exercer efeitos nas políticas sexuais do movimento LGBT, especialmente nas políticas centralizadas na visibilidade de

tais corpos. Por fim, destacam-se possibilidades futuras de aproximação com o campo da “antropologia digital”, na medida em que, a partir do contexto pandêmico e da “digitalização” de nossas relações, atividades e produções acadêmicas “fica patente a necessidade de complexificar nosso entendimento dos muitos usos e das muitas possibilidades oferecidas pela tecnologia e pelo digital.” (Lins, Parreiras e Freitas 2020: 2).

Referências bibliográficas

- AHMED, Sara. 2010. “Unhappy Queers.” In: Sara Ahmed. *The Promise of Happiness*. Durham and London: Duke University Press, p. 88-121.
- BRITES, Jurema; FONSECA, Cláudia. 2013. “As metamorfoses de um movimento social: Mães de vítimas de violência no Brasil.” *Análise Social*, Lisboa, p. 858-877.
- CORRÊA, Mariza. 1981. “Repensando a família patriarcal brasileira.” *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (37). p. 5-16.
- FACCHINI, Regina, LINS FRANÇA, Isadora, 2009. “De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro.” *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, (3): 54-81.
- FARIAS, José. 2012. “Pode o Urbanismo Contribuir para a Emancipação LGBT nos Espaços da Cidade?”. *Revista Advir*, (28). p. 100-113.
- FONSECA, Cláudia. 1997. “Ser mulher, mãe e pobre.” In: Mary Del Priore (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto. p. 510-553.
- _____. 2004. *Família, fofoca e honra*. Porto Alegre: Ed. UFRGS.
- FRANÇA, Paula. Marcela. 2020. “Amor de mãe: mobilizando sentimentos e afetos na sustentação de uma denúncia e na reconstrução do cotidiano.” *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, (36). p. 275-290. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2020.36.12.a>

- HARAWAY, Donna. 1995. "Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". *Cadernos Pagu*, (5). p. 7-41.
- _____. 2009. "Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX." In: Donna Haraway et al. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica. p. 37-129.
- LINS, Beatriz, PARREIRAS, Carolina, e FREITAS, Eliane T. de. 2020. "Estratégias para pensar o digital". *Cadernos De Campo (São Paulo)*, 29(2). <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29i2pe181821>
- MURRAY, Heather. 2010. "Better blatant than latent". In: Heather Murray. *Not in this family: gays and the meanings of kinship in postwar North América*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. p. 41-78.
- NOVAIS, Kaito Campos de. 2018. *Gestos de amor, gestações de lutas: uma etnografia desenhada sobre o movimento mães pela diversidade*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- NOVAIS, Kaito Campos de. 2020. "Lutar, amar e sofrer entre as Mães pela Diversidade." *Sexualidad, Salud Sociedad (Rio J.)*, Rio de Janeiro , (36). p. 291-316.
- OLIVEIRA, Leandro de. 2013. *Os sentidos da aceitação: família e orientação sexual no Brasil contemporâneo*. 2013. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, Leandro de; e BARRETO, Thiago Camargo. 2019. "Silêncios em discurso: Família, conflito e micropolítica em narrativas sobre a revelação da homossexualidade". *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, (33). p.318-342.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. 2007. "A epistemologia do armário." *Cadernos Pagu*, Campinas, (28). p. 19-54. Acesso em 22 Jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100003>.

SILVA, Marcos Aurélio. 2017. “Numa tarde qualquer: uma antropologia da Parada da Diversidade em Cuiabá e da cultura LGBT no Brasil contemporâneo”. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 10(15): 101-130.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. 2011. “A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional”. *Cadernos Pagu*, Campinas, (37). p. 79-116.

Jornais e notícias

DAMÁZIO, Malú. Pais se juntam a filhos para pedir respeito às pessoas LGBT. Hoje em dia. 18 fev. 2018. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/pais-se-juntam-a-filhos-para-pedir-respeito-%C3%A0s-pessoas-lgbt-1.599528>

LUCAS, Lelena. Quando Damares conheceu as Mães pela Diversidade. **Outras Palavras**, 21 nov. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/quando-damares-conheceu-as-maes-pela-diversidade/>

MALTCHIK, Roberto. Bolsonaro diz que está se “lixando” para o movimento gay, após polêmica entrevista na TV. **O Globo**, 30 de maio de 2011. Disponível para acesso em: <http://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-diz-que-esta-se-lixando-para-movimento-gay-apos-polemica--entrevista-na-tv-2803402>

MORAIS, Isabelly. ONG Mães pela Diversidade marca presença no cortejo do Alô Abacaxi. **O Tempo**, 23 de fev. 2020. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/super-noticia/%C3%BAltimas/ong-maes-pela-diversidade-marca-presenca-no-cortejo-do-alo-abacaxi-1.2301638>

Bolsonaro: “Prefiro filho morto em acidente a um homossexual”. **Terra**, 08 de jun. de 2011. Disponível para acesso em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-prefiro-filho-morto-em-acidente-a-um-homossexual,cf89cc00a90ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>

Enviado: 05/08/2021

Aceito: 15/09/2021